



THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING





ADC 113-2021

**INSTITUTO TERRA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ACOMPANHADAS DO
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

31 DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUTO TERRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e conselheiros do
Instituto Terra
Aimorés - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Terra**, (“**Entidade ou Instituto**”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **Instituto**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Instituto**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Instituto**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Instituto** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais sugestões de melhorias nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 30 de junho de 2021.



RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2 RJ 4080/O-9 – S - ES



Breno Mamari Pessoa
Contador CRC 1 ES 15.212/O-9



Robson Luiz Perim
Contador CRC 1 ES 14.255/O-6

Instituto Terra

CNPJ.: 02.776.897/0001-75

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

<u>Ativo</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa livre	4	393	1.215	Obrigações sociais e trabalhistas	12	482	467
Aplicações financeiras vinculadas	4	1.666	100	Obrigações tributárias		13	12
Valores aplicados em projetos	5.b	1.912	1.559	Convênios a executar	5.a	3.564	1.657
Contas a receber de clientes	6	219	5	Fornecedores e outras contas a pagar	13	134	102
Adiantamentos	7	283	83	Empréstimos	14	335	135
Estoques	8	524	516			4.528	2.373
		4.997	3.478				
Não circulante				Patrimônio líquido	15		
Depósitos judiciais	9	133	129	Patrimônio social		4.924	4.924
Imobilizado	10	4.277	4.365	Superávit acumulado		(26)	701
Intangível	11	19	26	Total do patrimônio líquido		4.898	5.625
		4.429	4.520				
Total do ativo		9.426	7.998	Total do passivo e do patrimônio líquido		9.426	7.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Terra

CNPJ.: 02.776.897/0001-75

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2020	2019
Receitas operacionais	16	5.225	7.133
Com Restrição		2.054	4.190
Educação e cultura		106	291
Atividades ambientais		1.948	3.899
Sem Restrição		3.171	2.943
Receita de serviços e produtos vendidos		317	313
Contribuições e doações voluntárias		1.538	1.927
Outras gratuidades		1.314	703
Outros recursos recebidos		2	-
Custo dos serviços prestados	16	(5.004)	(6.261)
Atividades de Projetos		(5.004)	(6.261)
Educação e cultura		(666)	(882)
Atividades ambientais		(3.503)	(4.701)
Custos de serviços e produtos vendidos		(835)	(678)
Resultado bruto		221	872
Despesas/receitas operacionais			
Administrativas	16	(939)	(633)
Salários		(362)	(189)
Encargos sociais		(126)	(71)
Benefícios a Empregados		(58)	(23)
Despesas gerais		(105)	(86)
Manutenção e conservação		(9)	(8)
Serviços de terceiros		(248)	(225)
Depreciação e amortização		(31)	(31)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(718)	239
Receitas financeiras		24	75
Receita de aplicação financeira		24	75
Despesas financeiras		(33)	(38)
Tarifas bancárias		(7)	(13)
Juros e multas		(10)	(18)
IR sobre aplicação financeira		(1)	(1)
IOF sobre operação financeira		(10)	(6)
Perdas sobre aplicação financeira		(5)	-
Resultado financeiro líquido		(9)	37
(=) Superávit/Déficit do exercício		(727)	276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Terra

CNPJ.: 02.776.897/0001-75

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit/déficit do exercício	<u>(727)</u>	<u>276</u>
Resultado abrangente	<u><u>(727)</u></u>	<u><u>276</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Terra

CNPJ.: 02.776.897/0001-75

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit/(Déficit) acumulado</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2019	4.924	423	5.347
Ajuste de exercício anterior	-	2	2
Superávit do exercício	-	276	276
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.924	701	5.625
Déficit do exercício	-	(727)	(727)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.924	(26)	4.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Terra

CNPJ.: 02.776.897/0001-75

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do exercício	(727)	276
Ajuste de exercícios anteriores	-	2
Depreciação	143	146
Amortização	7	4
Ganho com correção monetária	(4)	(7)
Variações em ativos e passivos:		
Adiantamentos	(200)	(83)
Valores Aplicados em Projetos	(353)	376
Contas a Receber de clientes	(214)	8
Estoques	(8)	(41)
Obrigações sociais e trabalhistas	15	5
Obrigações tributárias	1	1
Convênios a Executar	1.907	(1.544)
Doações e Subvenções	200	-
Outros passivos	32	(13)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>799</u>	<u>(870)</u>
Fluxos de Caixa das atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(116)	(31)
Baixas líquidas de ativo imobilizado	61	62
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(55)</u>	<u>31</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente caixa	<u>744</u>	<u>(839)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.315	2.154
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.059	1.315
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente caixa	<u>744</u>	<u>(839)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Terra é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1998, com sede na Fazenda Bulcão, localizada no Município de Aimorés, no Estado de Minas Gerais, a qual foi cedida ao Instituto, por prazo indeterminado, por meio de um Instrumento Particular de Comodato de 04 de julho de 2000, pelos seus proprietários, Sr. Sebastião Ribeiro Salgado Júnior e Sra. Lélia Deluiz Wanick Salgado, os idealizadores e sócios fundadores vitalícios do Instituto Terra. Em agosto de 2007, os proprietários doaram a propriedade ao Instituto Terra através de “Escritura Pública de Doação com encargo”, encargo esse relativo à consecução dos objetivos sociais do Instituto e observância perene e irrestrita dos preceitos legais aplicáveis às Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A Fazenda Bulcão, com área de 709,8 há, foi reconhecida como RPPN pela Portaria IEF/MG nº 081, promulgada em 7 de outubro de 1998, e trata-se da primeira RPPN criada em uma área degradada de Mata Atlântica no Brasil. É administrada pelo Instituto Terra com o intuito de **estimular o desenvolvimento sustentável através da recuperação e da conservação das florestas e do uso correto dos recursos naturais**. Neste sentido, o Instituto Terra vem atuando em cinco áreas: restauração ecossistêmica, educação ambiental, produção de mudas nativas, extensão ambiental/Programa Olhos D’água e pesquisa aplicada.

Em 17 de dezembro de 1999, o Instituto Terra foi declarado de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aimorés, através da Lei nº 1.613/1999, tornando-se isento de tributos municipais, enquanto cumprir seu objetivo estatutário.

O Instituto Terra obteve o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA (2009) – o primeiro RBMA em Minas Gerais – comprovando que desenvolve, de forma regular e mensurável ações significativas nas três funções básicas das Reservas da Biosfera: conservação, conhecimento e desenvolvimento sustentável, conforme definição do Programa MaB UNESCO.

Obteve também os títulos de utilidade pública estadual, por Minas Gerais (2005) e Espírito Santo (2011), e federal (2011).

Em 2011 foram iniciadas atividades comerciais com vistas à sustentabilidade econômico-financeira do Instituto Terra, tais como a comercialização de mudas florestais atlânticas e suvenires.

Apesar do Instituto Terra já vir executando iniciativas de recuperação de nascentes na bacia hidrográfica do Rio Doce desde 2010, em 2015 houve o lançamento do “Programa Olhos D’água”, que tem por objetivo buscar basicamente a recuperação de todas as nascentes localizadas em todos os 228 municípios compreendidos no perímetro do Vale do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A estimativa inicial do programa é a recuperação de cerca de 345 mil nascentes, através do plantio de mais de 50 milhões de árvores nativas, em áreas que deverão ser protegidas através de cercas de proteção. Como estratégia para alcançar melhores resultados, os projetos são focados na atuação em microbacias hidrográficas. Além disso, o programa também prevê a instalação de mini estações para tratamento de esgotos, construção de pequenas barragens (barraginhas),

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

aplicação de diversos tratos culturais bem como a regularização do Cadastro Ambiental Rural – CAR, das propriedades com nascentes recuperadas, que aderirem ao programa. Além de receitas de doações, de serviço e projetos específicos e vinculados ao programa, o Instituto Terra também vem recebendo doações nacionais e internacionais de pessoas físicas e outra entidades para a ajuda na causa da recuperação do Vale do Rio Doce como um todo, todavia sem propósitos contratuais específicos. Ambos convênios contratualmente vinculadas e as doações livres estão sendo alocadas e direcionadas ao Programa Olhos D'água.

Com a pandemia mundial COVID 19, houve uma profunda mudança no cenário das atividades da sociedade como um todo. A preservação da saúde e da vida está acima de tudo e desta forma, o Instituto foi obrigado a tomar medidas extremas, fechando as portas ao público, suspendendo visitas, assumindo atividades quando possível em home office e concomitantemente com o atraso no fechamento de novas parcerias. Houve um grande esforço de adaptação por parte de todos, fossem mudanças culturais, como de procedimentos. O Instituto buscou responder com rapidez e assertividade, e desta forma não houve redução do quadro de colaboradores e foi possível evitar contaminações entre as equipes.

O Instituto Terra avalia sistematicamente se os impactos causados pelo Coronavírus terão efeitos significativos nas demonstrações financeiras, nas estimativas contábeis adotadas, ou na continuidade da Entidade. Adicionalmente, o Instituto permanece avaliando os efeitos da pandemia a fim de ponderar a necessidade de divulgação sobre quaisquer informações que provoquem alterações relevantes em suas estimativas contábeis e demonstrações financeiras, ou que possam vir a gerar possíveis riscos à continuidade da empresa.

Para o ano de 2021, os indicadores confirmam que o Instituto possui capacidade de saldar suas obrigações correntes, pelo disponível e em parte pelo recebimento de realizáveis a curto prazo (dos convênios previamente assinados e de doações recorrentes), tendo um equilíbrio financeiro sem previsão de problemas de liquidez.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), aplicáveis às pequenas e médias empresas, em especial no que diz respeito à NBC ITG 2002 (R1), que trata sobre as entidades sem finalidade de lucros

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração, em 20 de maio de 2021.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, aplicável.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

As operações em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas bases das transações.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis.

As estimativas e premissas são revisadas de forma permanente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Saldo contábeis sujeitos a essas estimativas e premissas aplicáveis às demonstrações contábeis da Entidade incluem valor residual de ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas anualmente.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9:** imobilizado (vida útil);
- **Nota Explicativa nº 10:** depósito judicial;

3. Sumário das práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.1. Contribuições e doações desvinculadas

As contribuições ou doações em moeda corrente e em bens e serviços gratuitos desvinculados, são aquelas cujo doador não estipula um fim ou condições específicas a serem cumpridas pelo Instituto. Tais doações são classificadas diretamente nas contas de resultado do exercício.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

3.2. Doações vinculadas

As doações vinculadas são aquelas cujo doador estipula um fim ou obrigações e condições específicas a serem cumpridas pelo Instituto. As doações e respectivas aplicações são registradas no resultado no momento que o doador dos recursos confirma, formalmente, que as referidas obrigações foram cumpridas pelo Instituto.

3.3. Contribuições e doações patrimoniais

As contribuições e doações patrimoniais são aquelas recebidas exclusivamente para a aquisição e/ou construção de ativo imobilizado e são registradas no patrimônio social, na rubrica “Fundos de Doações e Subvenções”.

3.4. Apuração do superávit ou déficit

As receitas e as despesas são apuradas pelo regime de competência. As receitas desvinculadas de doações para custeio da Instituição, são reconhecidas no resultado quando recebidas e têm a finalidade de custear as diversas atividades desenvolvidas que não possuem patrocinador específico.

3.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber decorrem das vendas de produtos ou serviços, efetuadas através de cartão de crédito, boleto bancário e depósito bancário e são registradas pelo seu valor nominal.

A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva que o Instituto não receberá todos os valores recebíveis de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.6. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

3.7. Valores aplicados em projetos

São aplicações de convênios vinculados a projetos que ainda não foram submetidos a aprovação e/ou estão aguardando a aprovação da prestação de contas pelo doador.

3.8. Estoques

São apresentados pelos valores de custo das mercadorias adquiridas para revenda, mudas produzidas ou mercadoria recebida em doação para aplicação no Programa Olhos D'Água.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

A natureza dos produtos em estoques são souvenirs, gêneros alimentícios, mudas prontas e em condução, insumos utilizados na produção de mudas e insumos para cercamento de nascentes em propriedades rurais.

3.9. Convênios a executar

O saldo em convênios a executar corresponde aos valores liberados pelos doadores, ainda não aplicados em seus respectivos projetos até a data de balanço e/ou caso tenham sido aplicados nos respectivos projetos, que ainda não tenham sido submetidos à aprovação ou estão aguardando aprovação pelo doador.

3.10. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas conforme demonstradas abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos de depreciação foram alocados aos custos referentes às iniciativas de educação meio-ambiente, bem como às despesas administrativas no que se referem aos imóveis utilizados para tal fim. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamento.

O Instituto inclui no valor contábil de um item do imobilizado, o custo de peças de reposição, somente quando for provável que este custo proporcione benefícios econômicos futuros, sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados anualmente, considerando-se a estimativa de vida útil fiscal dos respectivos componentes:

Componentes	Tx. anual de depreciação
Edificações	25
Maquinas e equipamentos	10
Moveis e utensílios	10
Veículos	5
Viveiro florestal	10
Benfeitorias em instalações próprias	10

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

3.11. Ativo intangível

As marcas registradas, as licenças (incluindo licença de software) e as relações contratuais adquiridas, separadamente são demonstradas pelo custo histórico, menos amortização. A amortização é calculada pelo método linear, conforme taxas mencionadas abaixo:

<u>Componentes</u>	<u>Tx. anual de amortização</u>
Marcas e patentes	5
Software	5

3.12. Fornecedores

Fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos pelo valor justo e pagos em curto prazo.

3.13. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

3.14. Patrimônio social

Representa o patrimônio social inicial do Instituto, das “Doações e Subvenções” de sua constituição e o resultado do superávit (déficit) dos exercícios. Os superávits gerados são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, bem como os déficits são absorvidos pelo patrimônio social.

3.15. Reconhecimento de receitas

a) Venda de produtos

O Instituto produz mudas florestais nativas da Mata Atlântica, em viveiro próprio, para utilização em suas atividades de reflorestamento, comercializando o excedente. Comercializa também souvenirs, serviços de visitação orientada e aluguel de suas dependências para eventos ou hospedagem, todos como fonte de sustentabilidade.

O recebimento das vendas geralmente é realizado em dinheiro, cartão de crédito, boleto ou depósito bancário. A renda advinda dessas receitas é revertida integralmente no objetivo geral do Instituto.

b) Prestação de serviços

O Instituto presta serviços de restauração ecossistêmica, proteção e recuperação de nascentes através de seus diversos programas. Esses serviços são geralmente contemplados em contratos.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado de acordo com cada contrato, levando-se em consideração o estágio de execução do serviço contratado.

3.16. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e os correspondentes encargos incorridos. Não há ativos ou passivos sujeitos a ajustes relevantes para trazer sua mensuração a valor presente de realização.

3.17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.18. Gratuidades

O Instituto reconhece em suas demonstrações financeiras as gratuidades que estão a sua disposição em forma de prestação de serviços / atividade profissional recebidas de forma gratuita e com a mesma qualidade e responsabilidade de um serviço/atividade pago. Essas gratuidades, também conhecidas como “Pro Bono”, são reconhecidas pelo seu valor justo.

3.19. Regime especial de tributação

Por tratar-se de instituição sem fins lucrativos, o patrimônio, a renda e os serviços prestados pelo Instituto estão imunes ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e à COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme disposições constitucionais e Lei nº 9.532/1997. Por seu turno, o PIS – Programa de Integração Social é calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento de salários. Também está isenta do recolhimento dos tributos municipais (ISS – Imposto sobre Serviços e IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana).

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

3.20. Instrumentos financeiros e derivativos

A Entidade avalia os instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Instituto não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção.

3.20.1. Considerações sobre os principais riscos

(i) Risco de crédito

Os indicadores confirmam que o Instituto possui capacidade de saldar suas obrigações correntes, pelo disponível e em parte pelo recebimento de realizáveis a curto prazo (dos convênios previamente assinados e de doações recorrentes), tendo um equilíbrio financeiro sem previsão de problemas de liquidez.

Instrumentos Financeiros	Categoria	2020	2019
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes a caixa livre	Empréstimos e recebíveis	393	1.215
Caixa e equivalentes a caixa vinculado	Empréstimos e recebíveis	1.666	100
Valores aplicados em projetos	Empréstimos e recebíveis	1.912	1.559
Contas a receber clientes	Empréstimos e recebíveis	5	5
		3.976	2.879
Outros passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	136	102
Convênios a executar	Outros passivos financeiros	3.564	1.657
Empréstimos	Outros passivos financeiros	335	135
		4.035	1.894

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos - recursos livres	85	8
Bancos - recursos vinculados	1	-
Aplicações financeiras - recursos livres	308	1.207
Aplicações financeiras - recursos vinculados	1.665	100
	<u>2.059</u>	<u>1.315</u>

a) Caixa e equivalente de caixa livre

	Depósito bancário conta corrente	Depósito bancário curto prazo	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Livre	85	297	382	1.188
Programa Olhos D'água	-	11	11	27
	<u>85</u>	<u>308</u>	<u>393</u>	<u>1.215</u>

b) Aplicações financeiras – recursos vinculados

	Depósito bancário conta corrente	Depósito bancário curto prazo	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Defensoria Pública - ES	-	7	7	5
Energest S.A	-	57	57	-
Fundação Le Marchand	-	165	165	-
Fundação Renova - Olhos D'Água	-	513	513	30
Movimento Todos pelo Rio Doce	-	-	-	3
Pnuma United Nations Environment Programme	-	26	26	26
Procuradoria da República do Estado do Espírito Santo - Barraginhas	-	52	52	20
Suzano Papel e Celulose S.A.	-	-	-	16
Zurich Insurance Company Ltd	1	845	846	-
	<u>1</u>	<u>1.665</u>	<u>1.666</u>	<u>100</u>

O saldo de aplicações financeiras vinculadas refere-se a recursos a serem aplicados estritamente no escopo dos respectivos convênios. Os valores estão aplicados em bancos reconhecidos no mercado e possuem liquidez imediata para serem utilizados nos projetos atrelados.

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

5. Convênios a Executar

Referem-se a valores recebidos de convênios institucionais destinados à aplicação em projetos e gastos específicos (projetos vinculados). Esses valores serão reconhecidos contra o resultado dos exercícios, à medida que forem efetivamente realizados os gastos previstos, ou quando forem aprovadas as prestações de contas pelos respectivos doadores, nos casos requeridos.

a) Movimentação dos recursos de convênios

	Convênio	Saldo em 2019	Recursos liberados + rendimentos	Recursos utilizados	Saldo em 2020
Defensoria Pública-ES	-	23	3	-	26
Energest S.A	-	-	57	-	57
Fundação Lemarchand	125	-	165	-	165
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA	497	119	-	119	-
Instituto Estadual de Florestas – IEF MG (2011)	1.096	832	-	-	832
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Barraginhas	-	20	60	16	64
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Colatina Olhos D'Água	4	9	-	-	9
Movimento Todos Pelo Rio Doce	-	15	-	1	14
Pnuma United Nations Environment Programme	-	54	-	29	25
Suzano Papel e Celulose S.A.	120	120	-	120	-
Zurich Insurance Company Ltd	14.025	-	1.490	-	1.490
	15.867	1.192	1.775	285	2.682
Fundação Renova Olhos D'Água	4.488	465	1.963	1.546	882
	20.355	1.657	3.738	1.831	3.564

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

b) Conciliação dos saldos de convênios

	Valores aplicados em projetos 2019	Gastos incorridos	Valores aprovados	Valores aplicados em projetos 2020
Defensoria Pública-ES	18	-	-	18
Fundação Renova - Olhos D'Água 2018	435	845	943	337
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA	119	-	119	-
Instituto Estadual de Florestas I - IEF/SEMAD (2011)	832	-	-	832
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Barraginhas	-	13	-	13
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Colatina	9	-	-	9
Movimento Todos Pelo Rio Doce	12	2	-	14
Pnuma United Nations Environment Programme	28	-	28	-
Suzano Papel e Celulose S.A.	106	-	106	-
Zurich Insurance Company Ltd	-	689	-	689
	1.559	1.549	1.196	1.912

- (i) Valores pendentes de aprovação de prestação de contas, são reconhecidos contabilmente na rubrica “Valores aplicados em projetos” (ativo circulante).

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

6. Valores a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber clientes	5	5
Valores a receber - doadores	214	-
	<u>219</u>	<u>5</u>

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída de acordo com as políticas corporativas da Entidade, e são baseados em históricos de perdas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a administração, após análises históricas, não identificou provisões de créditos de expectativa de liquidação duvidosas.

A provisão, quando constituída, é considerada suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada remota ou possível.

Valores a receber de doadores correspondem à doações firmadas em contratos, e que já foram recebidas na data de 12 de fevereiro de 2021.

7. Adiantamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos de férias	10	33
Adiantamentos a fornecedores	200	-
Recursos de parcerias em projetos	73	50
	<u>283</u>	<u>83</u>

Os adiantamentos de férias ocorrem quando os colaboradores saem de férias e recebem o pagamento no ato do início das férias, enquanto que o respectivo gozo ocorre em períodos imediatamente subsequentes.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a adiantamentos efetuados para a campanha Refloresta em dezembro/2020, e serão amortizados conforme execução do serviço.

Os adiantamentos de recursos de parcerias em projetos referem-se às taxas administrativas de repasses de convênios, porém somente são reconhecidos no resultado após aprovação de prestação de contas pelos doadores.

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

8. Estoques

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mercadorias para revenda	84	86
Mudas para venda	63	53
Estoque de doações a distribuir	377	377
	<u>524</u>	<u>516</u>

Estoques de doações a distribuir referem-se a materiais para cercamento de nascentes, doados pela ArcelorMittal Brasil S.A, cujo compromisso foi firmado através de Termo de Cooperação em março de 2015, sob a égide do Programa Olhos D'água. O Instituto mantém o controle do estoque desses materiais, incluindo inventários periódicos. São itens não perecíveis, e se encontram em perfeito estado para uso. Não houve movimentação do estoque nos últimos anos, uma vez que o Instituto não celebrou novos convênios com o objetivo de proteção de nascentes.

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão assim apresentados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos judiciais em caução	133	129
	<u>133</u>	<u>129</u>

Refere-se a depósito caução realizado conforme processo de nº 0003402-14.2012.4.01.3813, em ação ordinária proposta pelo Instituto Terra em face da União Federal, objetivando a suspensão da cobrança dos recursos que lhe foram repassados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O valor é atualizado mensalmente com correção monetária calculada sob a taxa Selic.

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

10. Imobilizado

	Saldos				Saldos
	31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2020
Imóveis	2.623	-	-	-	2.623
Edificações	1.462	-	-	(135)	1.327
Benfeitorias em instalações próprias	105	-	-	(12)	93
Máquinas e equipamentos	163	110	(53)	(2)	218
Móveis e utensílios	10	1	(8)	6	9
Imóveis em construção	2	5	-	-	7
	4.365	116	(61)	(143)	4.277

	Saldos				Saldos
	31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2019
Imóveis	2.623	-	-	-	2.623
Edificações	1.597	-	-	(135)	1.462
Benfeitorias em instalações próprias	117	-	-	(12)	105
Máquinas e equipamentos	190	27	(12)	(42)	163
Móveis e utensílios	15	2	(50)	43	10
Imóveis em construção	-	2	-	-	2
	4.542	31	(62)	(146)	4.365

O Instituto utiliza o método linear para a depreciação praticada e tais encargos, no valor total de R\$ 204 (2019 - R\$ 205) foram alocados aos custos ambientais e de educação, bem como às despesas administrativas.

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

11. Intangível

	Saldos 31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	Saldos 31/12/2020
Software	26	-	-	(7)	19
Marcas e Patentes	-	-	-	-	-
	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>19</u>
	Saldos 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Saldos 31/12/2019
Software	30	-	-	(4)	26
Marcas e Patentes	-	-	-	-	-
	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>26</u>

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

12. Obrigações trabalhistas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Encargos sociais	77	71
Obrigações trabalhistas	131	114
Provisões trabalhistas	<u>274</u>	<u>282</u>
	<u>482</u>	<u>467</u>

Encargos sociais são os encargos gerados sobre folha de pagamento, garantidos por lei, pagos ao trabalhador pela Instituição.

Obrigações trabalhistas compreendem as obrigações referentes a salários, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito.

Provisões trabalhistas são estimativas de gastos, calculadas mensalmente, com base no período integral ou proporcional a que o funcionário tem direito, acrescida dos respectivos encargos.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	60	68
Outras contas a pagar	<u>74</u>	<u>34</u>
	<u>134</u>	<u>102</u>

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Outras contas a pagar são descontos em folha de pagamento de funcionários, por determinação judicial e/ou negociação com instituição financeira. Também compõe a conta outras contas a pagar valores de serviço de gerenciamento, do Convênio Renova Olhos D'água, que somente pode ser reconhecida na receita após aprovação da prestação de contas, conforme contrato firmado.

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

14. Empréstimos e Financiamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Krenak Empreendimentos Artísticos Ltda.	335	135
	<u>335</u>	<u>135</u>

Referem-se a empréstimos sem juros fixados, tomados junto à Krenak Empreendimentos Artísticos Ltda. (doadora de recursos ao Instituto), e que possuem prazos indeterminados de vencimento.

Em 2020, o Instituto tomou um novo empréstimo junto à Krenak Empreendimentos Artísticos Ltda, seguindo as mesmas regras do empréstimo anterior.

Os valores são corrigidos monetariamente baseados em índice do governo e não afeta o resultado, sendo reconhecidos na receita e despesa.

Os recursos foram utilizados para custeio do objeto social do Instituto, em projetos de natureza permanente. Os empréstimos foram e eventualmente são tomados principalmente quando há atrasos na liberação de recursos comprometidos pelos patrocinadores dos projetos.

Composição dos empréstimos

<u>Entidade</u>	<u>Juros atrelados</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Krenak Emp. Artísticos Ltda.	Selic	335	135
		<u>335</u>	<u>135</u>
Circulante		335	135

15. Patrimônio social

O patrimônio social compreende Doações e Subvenções, subtraído do Déficit do Exercício.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Doações e subvenções	4.924	4.924
Superávit/déficit acumulados	(26)	701
	<u>4.898</u>	<u>5.625</u>

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

16. Receitas e despesas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Com restrição		
Núcleo de Estudos em Rest. Ecológica - Atividade Educ.	-	289
Educação Ambiental	120	2
Restauração Ecológica- Atividades Ambientais	27	146
Extensão Ambiental - Atividades Ambientais	134	-
Viveiro - Atividades Ambientais	25	-
Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	1.499	3.747
Receita de Serv. Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	249	6
	2.054	4.190
Sem restrição		
Receitas de Serviços e Produtos Vendidos	317	313
Contribuições e Doações Voluntárias	1.538	1.927
Gratuidades	1.314	703
Outros Recursos Recebidos	2	-
	3.171	2.943
Receitas Operacionais	5.225	7.133
Custos e despesas		
Atividades e projetos		
Educação e Cultura	(666)	(882)
Restauração Ecológica	(801)	(1.088)
Viveiro	(366)	(499)
Programa Olhos D'Água	(2.204)	(3.114)
Extensão Ambiental	(132)	-
Custo de Serviços e Produtos Vendidos	(835)	(678)
	(5.004)	(6.261)
Despesas operacionais		
Administrativas	(908)	(602)
Depreciação e amortização	(31)	(31)
	(939)	(633)
Custos e Despesas Operacionais	(718)	239

O Instituto concluiu sua política de cargos e salários em 2019 e devido ao resultado positivo de 2019, mesmo havendo uma redução das receitas operacionais nesse exercício e um resultado bruto aquém, foi possível implementar no início de 2020 os ajustes dos salários defasados da área administrativa e a criação de novos departamentos estratégicos com contratações de pessoal (áreas de Relações Institucionais e GRC). Devido a pandemia (Covid19) importantes projetos foram suspensos e o Instituto optou por manter os colaboradores, tanto da equipe operacional quanto administrativa.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

O valor de R\$ 1.314 com Gratuidades, é composto pelos parceiros:

- . Ampfy - agência de publicidade;
- . Google Grants – publicidade on-line;
- . José Augusto dos Santos Servino - consultoria em recursos humanos;
- . Microsoft – licenciamento de software;
- . Prefeitura Municipal de Aimorés/MG - materiais, mão de obra e empréstimo de equipamentos;
- . Souza Leão Subtil Advogados Associados – assessoria jurídica; e
- . Wide Software Desenvolvimento de Soluções Ltda – licenciamento de software.

Todos os membros dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo.

17. Aspectos Fiscais

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do §1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 15 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

Adicionalmente, nos termos do inciso III e do § 1º do artigo 14 da Medida Provisória (MP) nº 2158- 35 de 2001, estão isentas de PIS e COFINS as receitas dos serviços prestados à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

O Instituto Terra, Entidade sem fins lucrativos, está isento do imposto de renda e das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

ADC 113/2021 – INSTITUTO TERRA

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

O Conselho Diretor do Instituto Terra é composto pelos seguintes membros:

José Armando de Figueiredo Campos	Presidente
Juliano Ribeiro Salgado	Vice-presidente
Tomaz Benedito de Souza	Secretário Geral
Carlos Frederico Siqueira	Diretor
Guilherme Rehder Quintela	Diretor
Henrique Lobo Gonçalves	Diretor
Izabella Mônica Vieira Teixeira	Diretora
Lélia Deluiz Wanick Salgado	Diretora
Miguel Antônio de Goes Calmon	Diretor
Paulo Henrique Wanick Mattos	Diretor
Sebastião Ribeiro Salgado Júnior	Diretor

Conselho Fiscal do Instituto Terra é composto pelos seguintes membros:

Celso Luiz Marques	Conselheiro
Flavia de Oliveira Rapozo	Conselheira
Valcemiro Nossa	Conselheiro

Diretora Executiva
Isabella Salton Marques de Souza

Responsável Técnico
Edna Maria Amorim de Assis
Contadora
CRC MG 095127/0-6